

# CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto  
Santa Maria – Açores

## ATA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA, DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS, REALIZADA A TRINTA E UM DE MAIO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS

--- Aos trinta e um dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e três, pelas nove horas, reuniu o Conselho de Iha de Santa Maria, na sala polivalente D. Carlos Filipe Ximenes Belo, na biblioteca municipal e arquivo do município de Vila do Porto, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

--- Ponto um – Pedido de parecer sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional 58/12 – Primeira alteração do Decreto Legislativo Regional 7/2022 A de 6 de abril. -----

--- Ponto dois – Pedido de parecer sobre o projeto de resolução número 157/12 - Recomenda ao governo regional novo paradigma no transporte aéreo entre os Açores, a Madeira e o continente. -----

--- Ponto três – Elaboração de propostas para enviar ao governo regional dos Açores para inclusão no Plano Anual de dois mil e vinte e quatro. -----

--- Ponto quatro – Futuras ligações dos cabos submarinos dos Açores – Pedido de João Mota Vieira. -----

--- Ponto cinco – Caminho da Praia Formosa entre o parque de campismo e a Laracha. -

--- Ponto seis – Outros Assuntos. -----

--- Deu-se início à reunião com a chamada, confirmando-se a presença dos conselheiros/as Maria Dulce de Oliveira Resendes, João Manuel de Andrade Fontes, António Isidro Braga Sousa, José Arsénio Sousa Chaves, Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves, José de Andrade Melo, Rosa Filomena Cabral de Melo, António Manuel de Sousa Braga, António Jorge Cabral Monteiro, Jorge Alberto Cabral Botelho, Carla Carreiro, Duarte Manuel Braga Moreira, e a deputada Elisa Lima Sousa. Não estiveram presentes à reunião os/as conselheiros/as Carlos Henrique Lopes Rodrigues, Jorge Luís da Costa Pessoa Pereira da Costa, Maurício Travassos, José Resendes Santos, Hélder Cabral, Márcia Santos, Aníbal Cabral Moura, António Braga Monteiro e Eduardo

# CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto  
Santa Maria – Açores



Cambráia e os/as deputado/as João Vasco Costa e Joana Pombo Sousa Tavares, cujas ausências estão devidamente justificadas. -----

--- No período antes da ordem do dia a presidente da mesa deu a conhecer aos presentes a correspondência recebida desde vinte e três de janeiro até trinta de maio, salientando a receção de um convite no âmbito do programa Blue Azores; um ofício da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais sobre o pedido de parecer da criação do apoio para o combate ao declínio demográfico, tendo sendo respondido essa emissão de parecer; um mail do delegado de ilha da Secretaria Regional dos Transportes e Infraestruturas dando resposta sobre o corte de árvores e a sua posição sobre o caminho da Laracha; mails do conselheiro Jorge Botelho sobre as obras no porto de Vila do Porto, sobre o caminho da Laracha e sobre a escassez de lugares na SATA, por altura da Páscoa; um mail sobre uma petição relativamente aos cabos submarinos no sentido do conselho de ilha assumir uma posição sobre essa matéria; um ofício da delegada do conselho de administração da SATA, com todos os dados solicitados por este conselho; um ofício da Junta de freguesia de Almagreira sobre o caminho da Laracha; um mail do deputado Paulo Silveira a apresentar a anteproposta de lei sobre assistência a maternidade; um convite para estar presente na procissão do senhor dos Passos; um mail a solicitar para uma reunião com o grupo Parlamentar do Partido Socialista; um convite para o aniversário da associação agrícola; um mail da unidade de saúde de Santa Maria a acompanhar o relatório de gestão; um pedido de parecer do presidente da comissão permanente especializada do ambiente sustentável, que é um dos assuntos da agenda de trabalhos de hoje; um pedido de parecer do presidente da comissão permanente especializada de economia sobre um projeto de resolução relativo ao novo modelo de transporte entre as regiões autónomas e o continente, que também um ponto de agenda; um convite do gabinete do subsecretário regional da presidência para estar presente na competição Cansat júnior Açores em Santa Maria; um convite do Novo Banco dos Açores para a inauguração das novas instalações; um mail da conselheira Mária Santos a informar a sua cessação de conselheira neste conselho e a dificuldade da UMAR estar representada no mesmo; mails dos deputados a justificar a sua ausência, bem como do conselheiro Jorge Costa. -----



# CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto  
Santa Maria – Açores

--- Após a informação da correspondência recebia, e antes de entrar no período da ordem do dia, a presidente da mesa do conselho, Maria Dulce de Oliveira Resendes fez um agradecimento pelo contributo, empenho e dedicação da senhora Márcia Santos, no desempenho de funções de conselheira, e que por vontade própria apresentou o pedido de renuncia do cargo de conselheira. De seguida colocou à votação a proposta da ata da reunião de trinta e um de janeiro do corrente ano, que foi aprovada por maioria com uma abstenção e dez votos a favor. -----

--- Como não se verificou a apresentação de nenhum voto de protesto ou de congratulação bem como não se registou qualquer intervenção do público, passou-se de seguida ao período antes da ordem do dia, mas como também não se verificaram quaisquer inscrições, passou-se de imediato ao período da ordem do dia, com a leitura do edital pelo primeiro secretário da mesa, José Arsénio Chaves-----

--- No primeiro ponto da ordem de trabalhos, pedido de parecer sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional 58/12 – primeira alteração do Decreto Legislativo Regional 7/2022 A, de 6 de abril, tomou a palavra a presidente da mesa do conselho de ilha, que sumariamente deu conhecimento do teor da referida proposta, que junto se anexa a esta ata, após o qual foi aberto um período para debate no qual se inscreveu o conselheiro José de Melo. -----

--- Dada a palavra ao conselheiro José de Melo este referiu que a proposta apresentada permite uma folga temporal aos municípios para que estes possam concluir a revisão dos seus Planos Diretores Municipais e, como tal, é da opinião da emissão de parecer favorável. -----

--- Solicitou para intervir a conselheira Bárbara Chaves para aludir que a prorrogação do prazo para a conclusão da revisão dos Planos Diretores Municipais era uma inevitabilidade e vem corresponder a uma solicitação dos municípios, pois no caso particular de Santa Maria, quando tomou posse, enquanto presidente da autarquia mariense, deparou-se com a situação do atraso da revisão do PDM que poderia provocar graves constrangimentos para aceder a fundos comunitários. Informou ainda que a

# CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto  
Santa Maria – Açores

primeira fase da referida revisão já está concluída, bem como toda a cartografia do documento, que está desde outubro, no governo regional, para a respetiva homologação, pois só depois dessa homologação é que se poderá avançar com o processo, preocupação essa já foi transmitida ao governo regional. Como não se verificaram mais inscrições foi colocada à votação a emissão de parecer sendo deliberado por unanimidade a emissão de parecer favorável. -----

--- No segundo ponto da ordem de trabalhos, pedido de parecer sobre o projeto de resolução número 157/12 - recomenda ao governo regional novo paradigma no transporte aéreo entre os Açores, a Madeira e o continente, tomou a palavra a presidente da mesa do conselho de ilha, que deu conhecimento do teor da referida proposta, que junto se anexa a esta ata, após o qual foi aberto um período para debate no qual se inscreveu os/as conselheiro/as José de Melo, Duarte Moreira, Jorge Botelho e Bárbara Chaves e a deputada Elisa Sousa. -----

--- Dada a palavra ao conselheiro José de Melo este classificou como grave a proposta apresentada pois atenta contra o paradigma da coesão socioeconómica e da coesão territorial, dado que defende uma posição liberal radical que poderá provocar o fim das rotas menos rentáveis, indo contra o conceito das obrigações de serviço público. -----

--- Ao tomar a palavra, o conselheiro Duarte corroborou com as palavras do deputado José de Melo argumentando que tal proposta atenta contra Santa Maria, pois será difícil encontrar companhias aéreas que queiram voar em rotas exclusivas para a ilha e, como tal verificar-se-ia um retrocesso. Defendeu ainda que a proposta é demagógica e contraditória na sua argumentação. -----

--- Dada a palavra à deputada Elisa Sousa esta clarificou que relativamente à iniciativa em apreço, a bancada do Partido Social Democrata, na Assembleia Legislativa Regional, votou contra a urgência da proposta, pois iniciativas deste género devem ser precedidas de audição dos parceiros sociais e das entidades competentes e, no momento atual tal aprovação poderia impedir a SATA de ser ressarcida pelas obrigações de serviço público, e poderia inviabilizar o concurso que está em curso. -----

--- Ao tomar a palavra o Jorge Botelho referiu que o assunto em debate é muito complexo pois o modelo existente de transportes aéreos deve ser repensado dado que



## CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto  
Santa Maria – Açores

os custos são muito elevados e as reservas são sempre muito limitadas, fica-se quase sempre em lista de espera e os turistas são muitas vezes aliciados para irem para outras ilhas em detrimento de Santa Maria. Aludiu que é sempre muito complicado entrar e sair de Santa Maria, por isso é necessário uma mudança urgente visto que a modalidade atualmente oferecida não corresponde aos anseios e expectativas, nem do residente de quem nos visita, or isso defendeu que deve ser realizado um estudo para analisar as tendências da mobilidade turística e tentar cativar turistas para virem a Santa Maria, pois como a SATA condiciona sempre a confirmação das reservas os turistas acabam por procurar outros destinos. -----

--- Ao tomar a palavra, a conselheira Bárbara Chaves aludiu que o modelo apresentado na proposta não corresponde às necessidades de Santa Maria, pois não sendo a rota rentável, esta não é apetecível para as companhias aéreas, defendendo que se deve vender o destino Santa Maria e promover as nossas valias turísticas nos destinos onde a SATA opera. -----

--- Como não se verificaram mais inscrições foi colocada à votação a emissão de parecer sobre a recomendação, sendo deliberado por unanimidade a emissão de parecer desfavorável. -----

--- Passando-se de seguida ao terceiro ponto da ordem de trabalhos, elaboração de propostas para enviar ao governo regional dos Açores para inclusão no Plano Anual de dois mil e vinte e quatro, a presidente da mesa do conselho justificou a inclusão desta matéria na ordem de trabalhos pelo facto de permitir ao governo regional incorporar algumas das propostas apresentadas na proposta de orçamento para o próximo ano económico e lembrou assim as propostas apresentadas nos anos transatos que ainda não foram consignadas em nenhum dos orçamentos regionais anteriores, e sugeriu aos presentes que o documento a enviar ao governo regional deveria incluir essas propostas bem como outras sobre situações que se entenda serem resolvidas. -----

--- Pediu a palavra a deputada Elisa Sousa para referir que nunca é cedo demais para se informar ou sugerir aquilo que se entenda necessário, pois apesar do plano regional ser só aprovado em novembro e antes existir uma anteproposta do plano, seria de todo o interesse enviar as sugestões o mais cedo possível para que as propostas possam

## CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto  
Santa Maria – Açores

integrar já a anteproposta, ao que a presidente da mesa disse que foi com base nesse pressuposto que o assunto foi integrado na ordem de trabalhos. Aberto um período para inscrições inscreveram-se os/as conselheiros/as José de Melo, que ao tomar a palavra lembrou que as obras do Lar de Idosos estavam já previstas no programa do anterior governo mas que urge resolver a situação calamitosa que se está a verificar em Santa Maria relativamente à terceira idade pois o número de pessoas em “lista de espera” é superior à lotação atual desse lar, por isso é urgente a ampliação do meso, com a agravante de que o programa lançado pelo governo regional do idoso em casa será muito difícil implementar na nossa ilha por falta de recursos humanos para prestar esse tipo de apoio, pois tal só terá sucesso se for criada uma bolsa de funcionários para o efeito, adstrita a uma instituição de solidariedade social, por isso devemos reiterar as nossas preocupações na área social. Nesta sequência a presidente da mesa do conselho alegou que o projeto idoso em casa deveria ser alargado a todas as ilhas dos Açores e não ser apenas um projeto piloto em alguns locais de S. Miguel e da Terceira, pois as respostas sociais devem abranger todas as ilhas da região. -----

--- Pediu para intervir a conselheira Carla Carreiro para informar que a lista de espera atual para o lar de idoso era de trinta pessoas e deu a conhecer que existe um programa de família de acolhimento de idosos e de pessoas portadoras de deficiência que já foi aprovada uma família em Santa Maria para esse fim. -----

---- O conselheiro Duarte Moreira solicitou uma intervenção onde alertou para o fato de que exequível, na reunião que decorre, a análise de todas as sugestões e reivindicações constantes do documento em causa e apresentou a proposta de que seja feita uma atualização do documento a remeter por mail a todos os conselheiros para que, após a sua análise, estes possam sugerir alterações ou a introdução de novas propostas, cuja redação final e aprovação do documento a enviar ao governo regional seria assunto a constar de uma reunião extraordinária. Colocada à consideração do conselho a proposta mereceu a anuência de todos os presentes pelo que a presidente da mesa informou que irá proceder conforme a proposta apresentada e agendar uma reunião extraordinária para meados do mês de julho. -----



## CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto  
Santa Maria – Açores

--- Solicitou para intervir o conselheiro José Arsénio Chaves e ao tomar a palavra clarificou que existem dois documentos com reivindicações que se cruzam, a proposta que o conselho apresenta para o plano anual e o memorando que foi entregue ao governo regional, aquando da visita estatutária, por isso defendeu que deveria ser solicitado ao governo regional as respetivas respostas por escrito bem como informação sobre o ponto de situação das situações apresentadas nessa reunião. -----

--- A conselheira Rosa Melo pediu a palavra para solicitar esclarecimentos sobre a situação de que, segundo a promessa do governo regional, se havia verbas cabimentadas no orçamento regional e disponíveis para investir no lar de idosos então porque razão as obras não foram realizadas e proferiu ainda que teme que essa verbas sejam canalizadas para outras ilhas, ao que a presidente da mesa referiu compreender a preocupação da conselheira Rosa Melo e corroborou a posição do conselheiro José Arsénio Chaves, pois há um compromisso do governo regional de responder por escrito as questões colocadas aquando da visita estatutária por iria novamente solicitar essas respostas bem como a calendarização prevista dos investimentos a realizar na ilha. -----

--- No ponto quatro da ordem de trabalhos, futuras ligações dos cabos submarinos dos Açores, pedido de João Mota Vieira, a presidente da mesa esclareceu os presentes alguns aspetos da matéria em análise, particularmente a posição do governo da república e do governo regional relativamente ao projeto a ser implementado na região, o parecer da ANACOM, bem como os argumentos do proponente do pedido, justificados pelo facto dos Açores serem uma região sísmica, haver toda a vantagem de mais uma ilha ter ligação aos cabos submarinos para haver redundância e, segundo o mesmo, o projeto proposto para a nova edificação do cabo submarino é penalizador para a economia dos Açores, pois como é a ilha de S. Miguel que tem mais população e mais atividade económica, não é legítimo ser a ilha Terceira a receber primeiro o sinal que vem de Lisboa, provocando uma latência de sinal em S. Miguel e também como a ilha Terceira é mais distante de Lisboa tal irá implicar um aumento de custos na execução do projeto, por isso solicita assim o proponente que o conselho de ilha de Santa Maria tome uma posição sobre a matéria no sentido de se reivindicar a localização alternativa em Santa Maria devido a menor probabilidade de ocorrência de sismos. A presidente do

## CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto  
Santa Maria – Açores

conselho de ilha divulgou ainda o parecer do conselho de ilha de S. Miguel e o parecer da Câmara de Comércio e Indústria de Ponta Delgada-----

--- Aberto um período para inscrições, inscreveram-se os conselheiros João Fontes, José de Melo, Bárbara Chaves e a deputada Elisa Sousa. -----

--- O conselheiro João Fontes disse que relativamente às redundâncias e às características técnicas acha que é indiferente a amarração do cabo proveniente de Lisboa ser na Terceira ou em S. Miguel, no entanto, acha que deve haver fortes razões para ser na Terceira, tendo em consideração que tal irá onerar os custos do projeto e terá necessariamente implicações na redefinição do anel inter-ilhas, pressupondo-se ainda que tal decisão poderá ter por base a vantagem da centralidade da Terceira na geografia da região. -----

--- O conselheiro José de Melo, com base nos argumentos do proponente, apresentou a proposta de que o conselho de ilha deveria reivindicar, junto às entidades competentes, que a amarração direta do continente seja na ilha de Santa Maria, considerando a estabilidade do território, a distância a Sines, a triangulação Sines, Madeira, Açores e a fraca sismicidade da ilha. -----

--- A conselheira Bárbara Chaves, corrobora com a opinião do conselheiro José de Melo, e tendo em consideração que em Santa Maria se verifica a expansão sector espacial na nossa ilha, então a amarração ou pelo menos a redundância seja em Santa Maria. -----

--- A deputada Elisa Sousa pediu para intervir para aludir que devem ser as entidades competentes a dar o respetivo parecer técnico e foi com base nesses pareceres que o governo tomou a decisão que a amarração do cabo fosse na Terceira, mas se o novo cabo tem a particularidade de permitir o estudo da sismicidade e da formação de tsunamis então não faz muito sentido a amarração ser em Santa Maria, mas sim a redundância. Alertou ainda ser muito importante numa segunda fase fazer uma ligação de S. Miguel a Santa Maria e não colocar os dois cabos no mesmo local, mas que qualquer posição agora assumida não deve provocar entrave à concretização do projeto, pois os cabos submarinos existentes estão em final de vida útil. -----

--- Sob proposta da presidente da mesa foi deliberado por unanimidade o envio de um ofício ao governo regional a solicitar a amarração, em Santa Maria, do cabo que vem



## CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto  
Santa Maria – Açores

direto de Sines para a região, bem como os dois pontos de amarração (entrada e saída de sinal) ficarem localizados em dois pontos distintos da ilha. -----

--- No ponto cinco da ordem de trabalhos, caminho da Praia Formosa entre o parque de campismo e a Laracha, a presidente do conselho apresentou as razões para a inclusão deste assunto na ordem de trabalhos, particularmente os alertas já pronunciados pelo conselheiro Jorge Botelho em sessões anteriores e nos mails enviados pelo mesmo. ----

--- Pediu para intervir o conselheiro Jorge Botelho para referir que há mais de dois anos que tem vindo a alertar para a situação do referido caminho não só a situação relativa à orla marítima, que é da responsabilidade do governo regional, bem como à situação das águas desordenadas provenientes do parque de campismo, que são da responsabilidade da autarquia e, uma vez que já começaram obras de consolidação do muro junto à praia era importante que a câmara fizesse uma intervenção na reparação de muros e no correto encaminhamento das águas. O conselheiro alertou ainda para mais situações que existem na Praia Formosa e que urgem ser resolvidas. -----

--- No último ponto da ordem de trabalhos, outros assuntos, foi aberto um período para inscrições no qual se inscreveram os/as conselheiros/as António Braga, Jorge Botelho e António Isidro Sousa e Bárbara Chaves. -----

--- Ao tomar a palavra o conselheiro António Braga informou que o assunto da sua intervenção reportava-se às candidaturas às energias renováveis ao abrigo do PRR, onde os interessados se candidataram com base na legislação de setembro do ano transato, que garantia uma comparticipação a cem por cento e que o governo é que adiantaria cinquenta por cento no início do processo e, como tal, os interessados não teriam custos com a sua candidatura, o que não se veio a verificar, dado que, no seguimento da regulamentação de novembro, foram apresentadas as candidaturas, que foram aceites em fevereiro, e exigiram aos proponentes para adiantar cinquenta por cento do valor total do projeto, não correspondendo por isso ao que estava definido inicialmente, e que tal situação inibe a apresentação de candidaturas por quem não tem recursos. ----

--- Em sequência pediu para intervir a deputada Elisa Sousa para referir que tem conhecimento que o que deve ser assegurado pelo promotor é o valor correspondente do IVA, na aquisição dos painéis fotovoltaicos. -----

# CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto  
Santa Maria – Açores

*Alcides*  


--- Pediram para intervir o conselheiro João Fontes para mencionar que acha estranho o exposto pois um regulamento não pode contrariar a legislação a que submete, e o conselheiro Duarte Moreira para ressaltar a morosidade do processo, pois os promotores submetem as candidaturas, mas depois não recebem qualquer informação sobre o andamento do processo. -----

--- Sob proposta da presidente da mesa foi deliberado por unanimidade solicitar esclarecimentos à Direção Regional de Energia sobre a temática em debate, particularmente a taxa de aprovação e consequente taxa de execução. -----

--- Foi dada de seguida a palavra ao conselheiro Jorge Botelho que alertou para o fato da importância de se pressionar o governo regional para a ampliação do porto de Vila do Porto tendo em conta as sinergias atualmente existentes na ilha. Alertou ainda as obras previstas nos portinhos da ilha, entendendo que devem ser realizadas obras mais profundas pois estes são os portos alternativos ao porto de Vila do Porto; para o estrangulamento de algumas das vias de trânsito, tendo em conta o fluxo de trânsito atual; o período das zonas balneares deveriam ser alargado; a inexistência de sanitários públicos na marina de Vila do Porto não permite aos utentes beneficiarem de boas condições sanitárias; para a necessidade de criar condições para a existência de restaurantes abertos ao domingo; que as áreas marinhas protegidas de Santa Maria que deram uma grande imagem à região, estão atualmente ao abandono, sem quaisquer critérios de gestão, que dificulta a sua regulamentação e revisão legislativa. -----

---- Dada a palavra ao conselheiro António Isidro Sousa que alertou para a situação da estrada regional em frente à escola EB1/JI D. António de Sousa Braga, cujas obras já deveriam ter sido realizadas e alerta que as mesmas deveriam ser executadas durante o período das férias escolares de verão, para que não haja muitos constrangimentos nessa zona. -----

--- Ao tomar a palavra a conselheira Bárbara Chaves recordou que os balneários das zonas balneares que a autarquia gere estão abertos durante todo o ano, que já reuniu com os empresários da restauração para se ultrapassar algumas situações apontadas e que cabe às diversas instituições assumir as suas responsabilidades nos outros assuntos invocados pelo conselheiro Jorge Botelho. -----



*Alcides*

## CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto  
Santa Maria – Açores

--- Por proposta da presidente da mesa foi deliberado por unanimidade solicitar ao governo regional o aumento do cais de Vila do Porto e um ofício à Portos dos Açores a solicitar esclarecimentos sobre as condições sanitárias da marina de Vila do Porto. -----

--- E não havendo mais nada a debater a presidente deu por encerrada a reunião às treze horas, da qual se lavrou a presente ata, que será assinada em conformidade com a lei vigente. -----

*Maria Dulce de Oliveira Resende*  
*[Assinatura]*

*José António Sousa e Sousa*  
*Antonio Gidre Brago Sousa*